

REQUERIMENTO

“O sector da saúde é um dos mais exigentes para o Orçamento Regional em termos de despesa pública e indiscutivelmente o mais solicitado pelas populações, pelo que o esforço de o tornar eficaz e com adequada capacidade de resposta aos utentes, deverá ser uma preocupação de todos os dias, dos governantes, das oposições e dos dirigentes dos serviços de saúde e dos seus profissionais.

À volta do funcionamento do Centro de Saúde da Praia da Vitória e da entrada em funcionamento da nova unidade de saúde, há um conjunto de especulações, de informações contraditórias e até de receios e preocupações, que carecem de devido e atempado esclarecimento da opinião pública e dos utentes, e de urgente correcção do que possa não estar bem, responsabilidades essas, que em primeiro lugar, cabem ao Governo Regional.

Assim nos termos regimentais e estatutários, solicita-se que sejam obtidos do Governo Regional, os seguintes esclarecimentos:

1. No que se refere ao funcionamento do Centro de Saúde:
 - 1.1. Qual o objectivo de um abaixo assinado que foi posto a circular junto de funcionários do Centro de Saúde, que se apresentava em branco, ou seja, não evidenciando a origem e o seu objecto?
 - 1.2. Tendo vários utentes formulado queixas no livro de reclamações que é obrigatório existir nos Serviços Públicos, do qual algumas folhas foram rasgadas, pergunta-se, se a Comissão de Análise das Queixas já reuniu e informou o Conselho de Administração das suas apreciações e se foi aberto algum inquérito para apurar responsabilidades? Qual é a composição desta comissão?

1.3. Que circunstâncias existem para, numa forma não esporádica, utentes inscritos para consultas esperarem durante quase um dia e regressarem às suas casas sem terem sido consultados?

1.4. É do conhecimento do Governo o clima de desarticulação funcional entre os membros do Conselho de Administração e em caso afirmativo reitera a confiança nesta equipa directiva?

1.5. Dado que o Centro de Saúde tem internamento e constando que no período entre as 24 horas e as 8 horas não existe nenhum médico em presença física ou em regime de prevenção, pergunta-se qual o procedimento do serviço de internamento no caso de uma crise grave súbita em qualquer doente internado e, no caso de óbito, quem o atesta atempadamente?

1.6. Havendo também falta de médicos de clínica geral, quantos são os utentes do Concelho da Praia da Vitória que não estão inscritos no seu médico de família? E qual a situação quanto a listas de espera para consultas?

1.7. Qual o montante da dívida do Centro de Saúde a fornecedores e à banca sobre a forma de factoring (empréstimo sobre facturas)?

2. No que se refere à entrada em funcionamento do novo edifício destinado ao Centro de Saúde:

2.1. Não tendo sido ainda publicado o concurso público para a aquisição dos equipamentos necessários com vista ao seu apetrechamento global, para quando se prevê que tal aconteça? Sendo um processo demorado, quando será possível a entrada em funcionamento desta nova estrutura de saúde?

2.2. O novo Centro de Saúde será dotado de um serviço de internamento e no caso afirmativo, para quantas camas e qual o regime de cobertura médica do mesmo? Vai ter um serviço de atendimento permanente (SAP), e com que horário?

2.3. Vai ter a funcionar um laboratório de análises clínicas para corresponder às suas necessidades normais? No caso afirmativo, qual o sentido de um hipotético contrato com laboratórios privados para prestarem esse serviço, com custos acrescidos para o Centro de Saúde?

2.4. Vai ter a funcionar um serviço de esterelização ou não? Tem algum fundamento que esse serviço venha a ser feito pelo Hospital de Angra, que funcionaria como Central de esterelização?

Os Deputados Regionais, António Bento Barcelos, Clélio Meneses e Raúl Aguiar do Rego”